



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC
CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – COFF
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2001
PROGRAMAÇÃO DERIVADA DE EMENDAS
Resultado acumulado até 30/03/2001**

INTRODUÇÃO:

Os relatórios anexos se referem à execução orçamentária da programação derivada de emendas do exercício financeiro de 2001, com informações atualizadas até o dia 30 de março do corrente.

Este trabalho, da mesma forma que o acompanhamento da execução financeira dos restos a pagar, se utiliza de banco de dados do SIAFI disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao PRODASEN/SF.

Observe-se que esse acompanhamento é feito com base na funcional e na programática orçamentárias. Sendo assim, quando uma emenda coincidir com rubrica já constante da proposta orçamentária, ou quando dois ou mais autores fizerem emendas com finalidade e localidade semelhantes, o acompanhamento só poderá ser feito pelo valor total da rubrica.

Entretanto, quando a emenda representar subtítulo novo (finalidade ou localidade), ela receberá uma funcional e uma programática específicas tornando possível seu acompanhamento individual.

ANÁLISE:

Do total dos créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2001 (R\$950 bilhões) cerca de 33% (R\$313 bilhões) coincidem com a programação derivada de emendas. Deste total, R\$79,6 bilhões (25,47%) já foram empenhados, liquidados e pagos, embora os empenhos já alcancem cerca de R\$216 bilhões (69% do crédito autorizado).

Como pode ser observado no relatório resumido por Órgão (anexo), o nível de execução orçamentária, definido como a relação entre o valor pago e o valor do crédito autorizado, apresentou grande variabilidade entre os diversos Órgãos. Num extremo pode-se verificar Órgãos com valores abaixo de 1%, como por exemplo, o Ministério

Estudo nº 22 / 2001 – Boletim de Acompanhamento da Execução Orçamentária do Exercício de 2001 da Programação Derivada de Emendas. Resultado Acumulado até 30/03/2001

da Agricultura e do Abastecimento, com 0,44%; o Ministério da Ciência e Tecnologia, com 0,77%; o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, com 0,07%; o Ministério dos Transportes, com 0,55%; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com 0,10%.

No outro extremo, aparecem níveis acima de 10%, como por exemplo, a Câmara dos Deputados, 12,10%; a Justiça Eleitoral, com 20,71%; o Ministério da Previdência e Assistência Social, com 15,82%; o Ministério do Trabalho e Emprego, com 20,56%; e o Ministério da Integração Nacional, com 14,29%.

Em geral, pode-se observar que o nível de execução da programação global é superior ao nível de execução da programação derivada de emendas – PDE. (Ver exemplos na tabela que se segue).

ÓRGÃO	Nível de Execução Global - %	Nível de Execução da PDE - %	DIFERENÇA (%)
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	11,04	0,44	10,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	10,40	0,77	9,63
Ministério da Educação	13,56	3,07	10,49
Ministério do Planejamento	18,72	0,00	18,72
Ministério da Integração Nacional	16,17	14,29	1,88

Quanto à execução regionalizada, sobressai-se a Região Centro-Oeste (com 14,41%), onde se destaca o Distrito Federal (com 18,71%). A Região Sudeste, no outro extremo, teve apenas 0,44% de seus créditos orçamentários liquidados e pagos. Essa relação, para o Nordeste ficou na marca dos 8%, com diferenças observadas, por exemplo, para o Estado do Piauí, com 0,01%, e para o Estado do Ceará, com 5,89%.

Em geral, pode-se concluir que a execução de despesas com subtítulo Nacional ou Regional tiveram prioridade sobre aquelas com subtítulo Estadual ou Municipal. Nota-se, também, que a execução da programação derivada das emendas das bancadas estaduais ainda não foi iniciada pelo Executivo.

O último relatório, destinado apenas à consulta, apresenta a execução da programação derivada de emendas por autor.

Brasília, 18 de abril de 2001

VANDER GONTIJO
EBER Z. SANTA HELENA
Consultores responsáveis
Apoio: Núcleo de Informática COFF/CD